

# HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE: UM DIÁLOGO POSSÍVEL E NECESSÁRIO

History and environment: A possible and necessary dialog

Francisco das Chagas Silva Souza<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Mossoró. Doutor em Educação (UFRN). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (IFRN/Natal). E-mail: chagas.souza@ifrn.edu.br

Data do recebimento: 14/07/2015 - Data do aceite: 12/11/2015

**RESUMO:** Nas últimas décadas, tornou-se comum, na academia e fora dela, o uso de termos como sustentabilidade, cidadania planetária, ética ambiental, dentre outros que se assemelham. Isso ocorre em função do atual cenário do mundo contemporâneo em que são, cada vez mais, frequentes as denúncias de impactos causados ao meio ambiente, motivados por um modelo de desenvolvimento, cuja preocupação maior é o acúmulo de capital. Nossa intenção, neste ensaio, é, com base em uma revisão bibliográfica, apresentar a emergência da História Ambiental e a possibilidade de, a partir desta, mudarmos as nossas práticas, inserindo, nas aulas de História, temas que envolvam a relação histórica entre o homem e a natureza. Nossa ideia se fundamenta na percepção da História como uma ciência que se ocupa não apenas em compreender os fatos da contemporaneidade e do passado, mas, também, se compromete com a formação ética e cidadã, podendo se tornar um importante instrumento para o fortalecimento de uma vertente de Educação Ambiental crítica, emancipatória e voltada para a consolidação da cidadania.

**Palavras-chave:** História Ambiental. Educação Ambiental. Ensino de História. Interdisciplinaridade.

**ABSTRACT:** The use of terms such as sustainability, global citizenship and environmental ethics, to name a few, have become common in the academia and beyond it in the last decades. This is due to the current situation of the contemporary world, where there have been frequent reports on impacts on the environment. Such impacts are the result of a development model that aims, mainly, to capital buildup. The objective of this study is to present the emergence of the Environmental History and the possibility of changing the teaching practices, inserting themes involving the historical relationship be-

tween man and nature in history lessons. This idea is based on the perception of History as a science dealing not only with the understanding of the facts of the contemporaneity and the past, but that it is also committed to ethics and citizenship education. This conception of History may become an important tool for strengthening a strand of Environmental Education that is critical, emancipatory and focused on the consolidation of citizenship.

**Keywords:** Environmental History. Environmental Education. History teaching. Interdisciplinarity.

## Introdução

O século XX legou às gerações presentes e às futuras uma quantidade inmensurável de problemas ambientais, os quais, mesmo tendo origem em séculos anteriores, sobretudo a partir da Revolução Industrial, tiveram nele a sua maior concentração e visibilidade. No Brasil, os projetos faraônicos postos em prática pelos governos militares são apenas alguns exemplos desse fato.

As críticas a esse modelo de desenvolvimento, consolidado no Pós-Segunda Guerra, e os alertas quanto aos seus efeitos, chegaram ao auge na segunda metade do século passado. Na década de 1960, a publicação da obra *Primavera Silenciosa*, por Rachel Carson, foi um marco para o movimento ambientalista, ainda embrionário. Nas décadas seguintes, grandes conferências internacionais, organizadas pelas Nações Unidas, além de divulgação de estudos que avaliavam o modelo de desenvolvimento ora vigente, propunham mudanças urgentes. É merecedor de destaque o Relatório Brundtland, também conhecido como *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987, pois, a partir dele, popularizou-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Diante dessas perspectivas de mudanças, a educação passou a ser vista como um meio necessário para se promover as transformações desejadas, como fica claro no texto da Carta de Belgrado, elaborada ao final da **Conferência de Belgrado**, na Iugoslávia, em 1975, promovida pela Unesco (DIAS, 2004). A partir desse documento, vários outros são criados, tornando a Educação Ambiental uma ação presente, hoje, em todas as esferas dos governos, mesmo que, infelizmente, às vezes, esteja apenas em nível dos discursos.

Diante desse cenário, as ciências vêm se “ambientalizando” (LEFF, 2005). É o caso do “surgimento” da chamada História Ambiental, cuja produção, no Brasil, tem se ampliado, fato que pode ser atestado nos eventos acadêmicos da área. Considerando, assim, a ampliação dos estudos no campo da História Ambiental e ancorados no fato de que a Educação Ambiental deve transcender as fronteiras disciplinares, nossa intenção, neste ensaio, é refletir sobre as seguintes questões: *Os professores de História, nas suas aulas, devem se ocupar também de temas relacionados ao meio ambiente? De que maneira o ensino de História pode ser útil para a construção de uma sociedade sustentável e com mais qualidade de vida?*

Para respondermos a essas perguntas recorreremos a leituras no campo da História Ambiental, da Educação Ambiental e do ensino de História, para que, dessa maneira, pudéssemos defender e esclarecer nossas ideias.

## História, Ambiente e Educação

A atual crise socioambiental, cujos sinais tornam-se mais evidentes e generalizados a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, é, para Lima (2005, p. 110), “[...] uma crise global que incorpora e atinge, embora de maneira desigual, todos os continentes, sociedades e ecossistemas planetários, ressignificando fronteiras geográficas, políticas e sociais”. No entanto, o referido autor ressalta que os novos problemas ambientais globais atingem distintamente as diversas nações e grupos sociais, pois estes “[...] graças a seus diferenciados níveis de riqueza, educação e organização política puderam desenvolver uma maior ou menor capacidade de defesa dos impactos socioambientais e aos danos deles decorrentes” (2005, p. 111).

Beck (1997), em estudo acerca da sociedade de risco, afirma que, ao se reconhecer a imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial, torna-se necessária uma auto-reflexão em relação às bases da coesão social. No auto-conceito da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva, passando a ser um tema e um problema para si mesma. Nesse, ao olhar para si, de forma crítica, a Modernidade cria as condições para um debate público sobre os problemas socioambientais, bem como se configura como instrumento de mobilização e organização política da população frente aos perigos que ameaçam a vida presente e a possibilidade de uma vida futura com dignidade. Assim, “[...] *o progresso pode se transformar em autodestruição*, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica [...]” (BECK, 1997, p. 12, grifo nosso).

Podemos perceber que o meio ambiente entra no discurso político e científico da contemporaneidade como um conceito que busca ressignificar nossa concepção de mundo, de

desenvolvimento, da relação sociedade-natureza e de educação para a vida. Portanto, aos poucos, o meio ambiente deixa de ser algo do domínio apenas das ditas Ciências Naturais, passando a englobar outras dimensões, como podemos perceber na definição dada por Reigota (2012, p. 36): “um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relação dinâmica e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformações da natureza e da sociedade”.

A definição de Reigota (2012) difere de outras que restringem o meio ambiente à dimensão natural e que se tornaram comuns nos discursos e nas práticas pedagógicas de algumas disciplinas. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que “uma série de disciplinas científicas, de práticas profissionais e de ações sociais vieram se ‘ambientalizando’”, como declara Leff (2005, p. 385).

Entretanto, ao contrário do que afirma Leff (2005), autores como Duarte (2005), Bittencourt (2003, 2004), Soffiati (2008), Pádua (2010), além de vários outros, mostram que a presença da natureza na historiografia não é uma novidade do fim do século XX. Historiadores como Fernand Braudel, Marc Bloch, Emmanuel Le Roy Ladurie, dentre outros, produziram obras em que o elemento natureza não passou despercebido. No Brasil, autores clássicos como João Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, na primeira metade do século passado, também destacaram a relação sociedade-natureza. Entretanto, o que muda é a forma como a natureza era tratada: um palco do espetáculo humano, um fator de aprisionamento das antropossociedades ou apenas como um recurso e domínio sobre o homem (SOFFIATI, 2008, p. 15).

O historiador norte-americano Donald Worster (1991) – para quem a História Am-

biental é uma História nova – assevera que não é possível mantermos as premissas de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. Assim, para ele, a “velha” História “portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar o luxo de sermos tão inocentes” (p.199). Para o autor em tela, a História Ambiental nasceu de um objetivo moral, tendo também fortes compromissos políticos. Sua finalidade tem sido aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.

Para Duarte (2005), a História Ambiental surge como um novo “ramo” de estudo para os historiadores em face dos intensos debates em torno da problemática ambiental, realizados pelos setores mais diversos da sociedade e ainda por demonstrar que a produção do conhecimento histórico se dá em sintonia com seu próprio tempo. Para ela, os historiadores ambientais pesquisam um saber não apenas válido, mas essencial para compreendermos nosso presente e atuarmos na construção de nosso futuro. O conhecimento quanto à historicidade das relações entre a sociedade e a natureza poderá fornecer instrumentos para assumirmos uma postura mais crítica frente aos debates sobre o ambiente. Assim, “tornamo-nos mais capazes de perceber mais claramente tanto as falácias do desenvolvimentismo quanto as idealizações autoritárias de algumas propostas ecológicas ditas ‘alternativas’” (p. 32). Em seguida, ressalta:

No mundo em que vivemos, e já há algumas décadas, a questão ambiental

tornou-se um dos mais relevantes impasses a serem enfrentados pela humanidade. A história, ao se voltar para esse tema de forma sistemática e minuciosa, cumpre um importante papel. O vigor e a promessa dessa nova perspectiva, para a qual tantos estudiosos tem se interessado [...] são o fato de que ela poderá (ainda que não necessariamente, é claro) servir prioritariamente à vida e, mais que a sua mera conservação, poderá constituir-se em prol da afirmação de sua abundância. Daí, a história poderá honrar, mais uma vez, a sua disposição de ligar-se à vida presente e aos homens presentes (2005, p. 33-34)

É possível inferir que a História Ambiental representa um dos elos na cadeia das novas categorias interpretativas que desconstruem o paradigma cartesiano, o que fica claro nas palavras de Leff (2001, p. 386): “A história ambiental será o encontro de racionalidades diferenciadas para cuja abordagem a definição genérica do ambiente como um campo das relações sociedade-natureza oferece tão somente uma primeira porta de entrada ao estudo de suas complexas inter-relações”.

Conforme Pádua (2010), o quadro político não é suficiente para explicar a emergência de um enfoque ambiental na pesquisa histórica. Os historiadores ambientais foram influenciados por importantes mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, embora já em gestação nos séculos anteriores, a saber: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma História, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

De acordo com esse autor, a História Ambiental emergente nos anos 1970 é bem mais complexa que um inventário dos males infringidos pelos seres humanos ao planeta.

Essa História incorpora outras transformações teóricas ao dialogar com as ciências naturais, que, ao longo dos anos, adquiriram maior sofisticação, calcando-se em finas metodologias ecológicas, radicalmente abertas e interativas. Além disso, passa a integrar uma dimensão biofísica, esquecida em boa parte da historiografia contemporânea. Agora, o grande desafio teórico é superar os dualismos e pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural. Para ele, “não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, [...] mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica” (PÁDUA, 2010, p. 94).

É quase desnecessário afirmar que estamos em meio a um processo de crise do paradigma dominante, consolidado no século XIX, e da emergência de um “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (SANTOS, 2008, p. 60). Morin (2006), da mesma maneira, defende um conhecimento, que denomina de pertinente, o qual deverá articular o contexto, o global, o multidimensional e o complexo. Porém, para essa articulação e organização dos conhecimentos é necessária uma reforma no pensamento. “Esta reforma é paradigmática e, não, programática: é a questão fundamental da educação, já que se refere à nossa aptidão para organizar o conhecimento”, afirma Morin (2006, p. 35).

Para Morin, um dos saberes necessários para a educação do futuro é a consciência da nossa identidade terrena:

O planeta exige um pensamento policêntrico capaz de apontar o universalismo, não abstrato, mas consciente da unidade/diversidade da condição humana; um pensamento policêntrico nutrido das

culturas do mundo. Educar para este pensamento é a finalidade da educação do futuro, que deve trabalhar na era planetária, para a identidade e a consciência terrenas (2006, p. 64-65).

Certamente, é necessária uma nova maneira de pensar e religar saberes que durante tanto tempo foram separados e vistos como inconciliáveis. O criativo título de um capítulo de Silva e Hainard (2005) “Uma problemática comum, mas com ciências que a ignoram e que se ignoram” expressa essa falta de comunicação entre as ciências naturais e sociais. Esses autores apresentam várias colaborações interdisciplinares entre essas ciências. Citemos duas: 1) relatar as incidências que as transformações sociais causam no meio ambiente; 2) as ciências sociais têm também a responsabilidade de evidenciar as desigualdades sociais diante do ambiente (p. 23-24).

Contudo, apesar de tantas possibilidades de religação dos saberes que foram separados pelo paradigma dominante, essa prática ainda gera estranhamentos e transtornos. Para Leff (2005, p. 385), no processo de “ambientalização” das ciências, “a mais retardatária das ciências sociais é a história”. Isso fica claro também nas palavras de Bittencourt (2004). Conforme ela declara, no caso específico da História, essa relação ainda é pouco familiar, “[...] como se a história estivesse invadindo um território alheio e se propusesse a entrar em uma espécie de aventura, embrenhando-se em serra desconhecida, exclusiva da área das ciências da natureza” (2004, p. 257).

Apesar da afirmação dessa pesquisadora do ensino de História ter sido feita há uma década, não acreditamos que tenham ocorrido grandes avanços, haja vista que parte considerável dos professores dessa disciplina e de outras está preocupada com os conteúdos “específicos” de sua área. Mesmo assim, a palavra interdisciplinaridade passou a ser

um jargão entre pesquisadores e professores, fazendo-a, quando muito, dentro de sua própria área com as chamadas “ciências afins”.

Apesar de ainda haver essas limitações nas práticas docentes, podemos afirmar que houve muitos avanços em face da questão ambiental, no nosso país, ter alcançado visibilidade e materialidade a partir da década de 1990, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro (Rio 92). Nessa década, duas medidas são tomadas com a pretensão de reavaliar e dar um novo rumo à educação brasileira, tornando-a sensível às discussões ambientais: a inclusão do meio ambiente como um dos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a aprovação da Lei n. 9.795/99, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual, aponta no artigo 4º do capítulo I, como um dos princípios básicos da Educação Ambiental: “o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade” (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental passa, portanto, a ser o fio condutor que une ciências quase incomunicáveis. Com ela, a tradicional separação entre as disciplinas, humanas, exatas e naturais perde sentido, visto que ela busca o diálogo entre esses conhecimentos para que possa encontrar alternativas e solução dos problemas ambientais (REIGOTA, 2012).

É nesse panorama que entra a participação e contribuição do profissional da História, haja vista que ele, no atual cenário político, encontra-se livre para rever a sua prática docente, algo estimulado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ao apresentar como uma das finalidades da Educação o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. Obviamente, a História é uma das disciplinas que caminham nesse sentido, mas por que não estender a

noção de cidadania para algo maior que a conquista dos direitos políticos e unir a estes o direito a um ambiente saudável e com maior qualidade de vida? Sobre isso, reflete Ribeiro:

Sustentabilidade e cidadania envolvem uma dimensão ética que aponta para o dever. Qual modelo de sociedade se almeja construir no futuro? *Qual projeto será viável à luz do esgotamento de recursos naturais não renováveis?* Seria melhor fazer esta última pergunta no plural, indagando quais projetos serão possíveis de manter a reprodução da vida sem esgotar a base material da existência [...] (2003, p. 413, grifo nosso)

Também para Jacobi (2005, p. 243), a Educação Ambiental deve ser situada num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, a qual:

[...] trata não só da capacidade do indivíduo de exercer os seus direitos nas escolhas e nas decisões políticas, como ainda de assegurar a sua total dignidade nas estruturas sociais. Desse modo, o exercício da cidadania implica autonomia e liberdade responsável, participação na esfera política democrática e na vida social. Os cidadãos desenvolvem ações de integração social, conservação do ambiente, justiça social, solidariedade, segurança e tolerância, as quais constituem preocupações da sociedade atual. Pretende-se, assim, sensibilizar alunos e professores para uma participação mais consciente no contexto da sociedade, questionando comportamentos, atitudes e valores, além de propor novas práticas. [...] as práticas educativas articuladas com a problemática ambiental não devem ser vistas como um adjetivo, mas como parte componente de um processo educativo que reforce um pensar da educação orientado para refletir a educação ambiental num contexto de crise ambiental, de crescente insegurança e incerteza face aos riscos produzidos pela

sociedade global, o que, em síntese, pode ser resumido como uma crise civilizatória de um modelo de sociedade.

Também nessa direção, Gadotti (2000) pensa a cidadania planetária, na qual o conceito de cidadania ganha uma nova dimensão: somos cidadãos planetários e, como tal, sentimos-nos como seres convivendo no planeta Terra com outros seres vivos e inanimados. “Como posso sentir-me estrangeiro em qualquer território se pertencemos a um único território, a Terra? Não há lugar estrangeiro para terráqueos, na Terra. Se sou cidadão do mundo, não podem existir para mim fronteiras” (GADOTTI, 2000, p. 133).

Pensamos que um ajuste nas práticas dos docentes de História possa contribuir para ser esse projeto pensado por Ribeiro (2003), Jacobi (2005) e Gadotti (2000) pois, mesmo que ainda hajam resquícios, há muito que essas aulas deixaram de ser um mero relato de fatos, datas e nomes e incorporaram uma dimensão crítica. As aulas de História buscam, no mínimo, nas últimas décadas, oferecer aos educandos possibilidades destes refletirem sobre si mesmos, assim como se inserir e participar ativamente e criticamente no mundo social, cultural e do trabalho. Nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, por exemplo, encontramos que o objetivo primeiro do conhecimento histórico é “a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, o desvendamento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços”, portanto, “dada a complexidade do objeto de conhecimento, é imprescindível que se incentive a prática interdisciplinar” (BRASIL, 2006, p. 72). Assim, de acordo com esse documento, essa disciplina “busca explicar tanto as permanências e as regularidades das formações sociais quanto as mudanças e as transformações que se estabelecem nos embates das ações humanas” (p. 73).

Destarte, se alertarmos para o fato de que a Educação Ambiental precisa ser trabalhada como um ato político, como poderíamos alijar o ensino de História desse processo de formação do sujeito ecológico? Lembremos que, conforme as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, mas também para outros níveis de ensino, “[...] é imprescindível que a seleção da narrativa histórica consagrada pela historiografia esteja relacionada aos problemas concretos que circundam os alunos das diversas escolas que compõem o sistema escolar” (BRASIL, 2006, p. 69). Então, por que não inserir nas aulas dessa disciplina informações sobre as relações que se estabelecem entre os humanos e o seu meio natural em diferentes tempos e espaços? Por que não “historicizar” o conceito de natureza, visto que ele é uma construção histórica e que varia de acordo com espaços e tempos?

Enfatizamos que o professor de História, na atualidade, deve estar sensível a essa discussão, face à complexidade do presente e ao risco de um futuro catastrófico. Para Hobsbawm (2005, p. 562):

[...] Sabemos que por trás da opaca luz da nossa ignorância e incerteza de resultados detalhados, as forças históricas que moldaram o século continuam a operar. Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode seguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo

algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar.

Para que serve a História, ou mais precisamente, o ensino dessa ciência? A pergunta é polêmica e não ousamos tentar respondê-la aqui. Mas, se levarmos em consideração a História Ambiental, chamada por Soffiati (2008) de Eco-história, ela serve, segundo esse autor, para explicar e ajudar nas mudanças da realidade. A Eco-história “extrapola o domínio das relações antropológicas X + natureza, como no quadro de Goya, *Duelo com bastões*, [...], que mostra por baixo, por cima e pelos flancos, a existência de um terceiro elemento – a natureza – sempre vencedora no final, mesmo aparentemente vencida” (SOFFIATI, 2008, p. 24, grifos do autor).

Portanto, as relações homem/natureza historicamente construídas no ambiente onde o aluno vive não podem ser ignoradas em numa aula de História. Não estamos aqui defendendo que o professor dessa disciplina privilegie o tema natureza em detrimento dos conteúdos presentes nos livros didáticos ou no seu programa. Entretanto, nada impede que sejam problematizadas questões que envolvam esses componentes curriculares ao processo de apropriação humana dos espaços e dos recursos naturais, como se constituiu o cenário em que esses alunos são atores sociais, como tem se desenhado o modelo de desenvolvimento que hoje é dominante...

Certamente isso não é uma tarefa fácil, pois, como destaca Morin (2008, p. 20), “a reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino”. Precisamos, assim, de uma cabeça bem-feita, “uma cabeça apta a organizar os conhecimentos e,

com isso, evitar a sua acumulação estéril” (MORIN, 2008, p. 24).

Imbuído de uma perspectiva mais ampla de educação e de sociedade, Gadotti (2005) cunhou o prefixo “eco” à palavra pedagogia. Para ele, a Ecopedagogia (ou Pedagogia da Terra) não é uma pedagogia a mais. Ela só tem sentido num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico, o que implica em uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais (p. 21).

Por fim, urge que tenhamos uma formação ambiental (LEFF, 2001), um processo de criação de novos valores e conhecimentos, vinculado à transformação da realidade por meio da construção de uma estrutura socioeconômica que internalize as condições ecológicas do desenvolvimento sustentável e os valores que orientam a racionalidade ambiental.

## Considerações Finais

Em face dos questionamentos provocados pela crise ambiental, a Pedagogia, enquanto campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático do ato e da prática educativa, precisa se refundar e se reorientar. Tais mudanças dependem de outras também de grande porte: revisões nos métodos pedagógicos, nos currículos, nos materiais didáticos, enfim, na adequação da prática docente aos novos paradigmas e aos valores que animam e reconstróem o mundo, na perspectiva da complexidade e da sustentabilidade.

Ressaltamos a importância da História Ambiental como elemento que pode ser usado em conjunto com trabalhos no campo da Educação Ambiental para a formação do sujeito ecológico, ou seja, aquele que é consciente da sua responsabilidade perante a natureza e do seu papel de agente de transformação da realidade socioambiental em que está inserido.

É importante que o professor de História proporcione ao aluno as condições para a construção de uma nova concepção de cidadania, esta mais ampla e apropriada aos tempos de globalização. Em se considerando que a cidadania planetária sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial, a aplicação dos saberes

da “nova” História nos livros didáticos, por exemplo, poderá ser a alavanca para práticas pedagógicas voltadas para o *conhecimento pertinente*, o ensino da *condição humana* e da *identidade terrena*, alguns dos “Sete saberes necessários à educação do futuro”, uma das obras mais conhecidas de Edgar Morin.

## REFERÊNCIAS

- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997, p. 11-71.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília-DF, Diário Oficial da União, p. 1, 28 abr. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)> Acesso em: 6 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf)> Acesso em: 7 jul. 2015.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo, 2004.
- DUARTE, R. H. **História & natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 5. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia da Terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, Portugal, n. 6, p. 15-29, 2005.
- JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.
- LEFF, E. **Saber ambiental**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, PNUMA, 2001.
- LIMA, G. F. C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: BAETA, A. M. B.; LOUREIRO, C. F. B.; SOFFIATI, A. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 109-141.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11 ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados** São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

- REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- RIBEIRO, W. C. Em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, p. 399-418, 2013.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SOFFIATI, A. Algumas palavras sobre uma teoria da eco-história. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 13- 26, jul./dez., 2008.
- SILVA, M. C.; HAINARD, F. **O ambiente**: uma urgência interdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2005.
- WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.